

António
Octávio
Cintra

Sociologia e problemas do desenvolvimento socio-político: uma visão dos progressos recentes

O interesse dos sociólogos pelo desenvolvimento, tendo sido apressadamente suscitado pela necessidade de participar no diagnóstico e planeamento económico, não permitiu, a princípio, senão enfoques fragmentários desse campo de estudo. Mas já se pode dar como teòricamente encerrada essa primeira fase. Presentemente, caminha-se no sentido de construir uma Sociologia do Desenvolvimento autónoma, trabalhando com variáveis determinadas pelo próprio método sociológico e construindo modelos dinâmicos do subdesenvolvimento e da transição social.

Se há um campo da sociologia em que os progressos dos últimos anos têm sido consideráveis, é o da sociologia do desenvolvimento. O realce com que se notam esses progressos vem de que, nos seus inícios, que não se encontram tão distantes — a problemática do «desenvolvimento» e do «subdesenvolvimento» é bastante recente, — a sociologia do desenvolvimento veio marcada de insegurança teórica muito visível. Os estudos e problemas principais vinham, por assim dizer, na esteira das preocupações dos analistas económicos. Estes, ao armarem seus modelos explicativos para os fenómenos do desenvolvimento, chegavam a inúmeros impasses. Havia problemas cuja solução não podia equacionar-se puramente através das variáveis económicas conhecidas.

N. da R. — Este artigo foi originalmente publicado na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, n.º 20, Janeiro de 1966.

Duas eram, então, as alternativas. Como de tradição na história da análise económica, podia o próprio economista criar categorias e variáveis de carácter social ou psicológico. Uma «sociologia» ou «psicologia» para uso próprio. A outra alternativa era a de recorrer ao sociólogo, na expectativa de que este já dispusesse, preparadas para a análise, das variáveis importantes de que ele, economista, iria valer-se. Como tais variáveis eram, e ainda são, relativamente pouco exploradas, não só num sector especial de problemas, como os do desenvolvimento, mas na própria sociologia geral, o mais provável era a decepção do economista com o que se lhe podia oferecer.

Para a sociologia, a situação era de indefinição até no próprio tocante a quais seriam os problemas cruciais a suscitar-se no estudo sociológico do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Seria o «problema» do «empresário» inovador? seria a determinação do «papel das classes médias na dinamização das sociedades atrasadas»? seria o estudo da «dinâmica de aspirações» na sociedade subdesenvolvida?

É forçoso reconhecer que o interesse pelo campo de estudos induzido desta forma, pela pressa de ajudar o diagnóstico e a planificação económica, não permitiu mais do que enfoques fragmentários, bem longe do ideal de conjunto de conhecimentos sistemáticos e integrados.

Mesmo tendo havido esforços de construir algo mais completo não foram mais além da feitura de tipologias da sociedade desenvolvida, através da enumeração de uma série de variáveis, e da contraposição, a tal tipologia, da correspondente à sociedade subdesenvolvida, em geral apresentando valores opostos naquelas mesmas variáveis utilizadas para a sociedade desenvolvida. O problema de *transição* de um a outro tipo, através de modelos *explícitos*, não se resolveu. Modificar-se-iam a um mesmo ritmo as diversas variáveis caracterizadoras dos «tipos», ou não? Quais eram as variáveis estratégicas, e quais as que não mantinham relações com a dinâmica do desenvolvimento? Esses e outros problemas não tiveram resposta satisfatória. Outra impressão não deixam os trabalhos de Bert HOSELITZ: apresenta modelos descritivos das diversas situações, mas com muito pouco contribui em relação aos mecanismos de mudança de umas para as outras¹.

Outro estilo bastante frequente de teorizações, assumido pela sociologia do desenvolvimento, foi o de concentrar-se em modelos do tipo seguinte: o «dinamismo» da situação é dado pelas variáveis económicas; as variáveis sociais são dependentes, funcionam «induzidas», podendo responder com maior ou menor pres-

¹ HOSELITZ, Bert, *Sociological aspects of economic growth*. Free-Press, Glencoe, 1960.

teza aos estímulos das económicas. O leitor familiarizado com a literatura neste terreno não terá dificuldades em reconhecer nesta linha os copiosos enfoques dos «obstáculos sociais ao desenvolvimento económico»; neles, as inter-relações e a dinâmica própria das variáveis especificamente sociais não chegam, de modo geral, a considerar-se. Modelar, dentro do estilo, a contribuição de BALANDIER ao *Traité de Sociologie* de GURVITCH (“Sociologie des régions sousdéveloppées”, no tomo I, pp. 332 a 344).

No entanto, já se pode dar como teóricamente encerrada essa fase. Os progressos mais recentes têm sido no sentido de construir uma sociologia do desenvolvimento autónoma, trabalhando com variáveis determinadas pelo próprio método da sociologia na explicação de problemas suscitados pelas próprias indagações que lhe é lícito fazer diante da realidade nova do subdesenvolvimento e da transição social.

No presente artigo focalizaremos algumas das linhas principais em que se têm verificado esses progressos².

Como encarar, de modo tipicamente sociológico, fenómenos como o do subdesenvolvimento? como fazê-lo escapando às vicissitudes que marcaram os esforços até recentemente empreendidos? O sociólogo Peter HEINTZ nos apresenta uma definição³ que constitui ao mesmo tempo modelo dinâmico de captação do fenómeno. Apresenta-o na forma de inter-relação de variáveis. «Define-se uma situação como de subdesenvolvimento quando: a) as aspirações referentes a bens de consumo são muito mais altas do que o que de facto se obtém e b) o nível económico-tecnológico é relativamente baixo em comparação com o das sociedades com altos níveis de vida”. (...) “As aspirações crescentes são resultado da abertura interna do sistema estratificado internacional”.

A definição tem o seu núcleo na caracterização de tensão entre duas variáveis, uma “subjectiva” — as aspirações —, outra “objectiva”, o nível económico-tecnológico. Como “antecedente” à tensão, o fenómeno de abertura do sistema internacional. Se há tensão, é que o “fenómeno” é instável, o equilíbrio se dará (se for o caso) em outro ponto que não o presente. O impulso inicial de movimentação do modelo vem de “causalidade externa”⁴ à socie-

² Não tencionamos fazer exposição exaustiva de todos os temas moderadamente tratados. Limitamo-nos, em grande parte, às linhas que vem desenvolvendo a equipa de sociólogos da Facultad Latino Americana de Ciencias Sociales, da Unesco, no Chile, sob a direcção de PETER HEINTZ. Na revista ANALES da referida Faculdade (n.º 1, vol. I), encontram-se publicados dois importantes trabalhos de PETER HEINTZ sobre problemas que aqui abordamos: «Anomia inter-institucional, anomia individual, anomia colectiva» e «El problema de la indecisión social en el desarrollo».

³ Vide PETER HEINTZ, nos artigos citados.

⁴ BASTIDE, Roger, «La causalité externe et la causalité interne dans l'explication sociologique», *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XXI, 1956.

dade: a ruptura dos sistemas coloniais. Tomando-se o símile da teoria da estratificação interna das sociedades, e passando-o ao marco internacional, pode falar-se do sistema colonial como sistema de estratificação de castas, relativamente fechado; o presente sistema de estratificação internacional apresentaria mais semelhanças com a estratificação de classes sociais: há perspectiva de mobilidade entre os estratos, as barreiras não são impermeáveis; o sistema é relativamente aberto e inclusivo (ou seja, mundial, oposto a vários pequenos sistemas fechados, cujos critérios de estratificação fossem exclusivos das nações fora deles).

A mudança do tipo de estratificação internacional tem uma série de efeitos: os estratos inferiores, que ocupam os países subdesenvolvidos, não podem ficar imunes aos mecanismos comparativos peculiares à "sociedade das classes" (ou seja, a nova sociedade internacional). A teoria sociológica fala de "grupos de referência" para o comportamento dos indivíduos e colectividades, e, paralelamente, traz o conceito de "privação" ou "insatisfação relativa". Na sociedade fechada, sem nenhuma mobilidade percebida, pode haver maior satisfação relativa do que na sociedade aberta em que, percebendo-se a mobilidade, tomam-se como grupos de referência os estratos superiores e, portanto, se não houver mobilidade, isto será sentido com muito maior agudeza. Na esfera internacional, as nações desenvolvidas, dominantes e ricas de prestígio, são, inevitavelmente, tomadas como "grupos de referência" positivos. Justamente o que caracteriza as sociedades subdesenvolvidas em contraposição às antigas colónias, é a "aceitação" global (não apenas da parte de alguns grupos internos a elas) de metas externas aos valores de suas culturas tradicionais: o enriquecimento e melhoria do nível de vida, o poder e prestígio na órbita exterior, etc.

A variável "nível de aspirações", dependente da "abertura" do sistema internacional e dos consequentes mecanismos assimétricos de influência entre os países, torna-se, por sua vez, foco das tensões, na medida de seu desajuste com a estrutura económico-tecnológica. As sociedades arcaicas ou tradicionais apresentam estrutura económica atrasada. Entretanto, nelas não se dá o desajuste entre a estrutura e o nível de aspirações, porque estas se encontram adaptadas aos dinamismos "infra-estruturais": a aspiração vai um pouco na frente, nunca a distância intolerável. Mesmo nos velhos sistemas coloniais, apenas os estratos superiores poderiam sofrer o impacto do "efeito de demonstração" das sociedades metropolitanas e torná-las seus "grupos de referência". Os estratos baixos não compartilhavam dessas aspirações, porque tinham sua própria cultura de metas e valores adaptada às possibilidades materiais e bastante para dar-lhes critérios de poder e

legitimidade com que pudessem estruturar sua vida social. A irradiação dos valores metropolitanos não se filtrava até eles: tinham sua própria subcultura.

O subdesenvolvimento, distinto da situação de sociedade tradicional, começa justamente quando se dá a quebra das subculturas particulares, impondo-se aos estratos uma cultura geral, fornecedora de mesmos critérios e aspirações comuns a toda sociedade global. Há uma conjuntura de factores neste sentido, em que se distinguiriam a explosão demográfica, a industrialização, as migrações campo-cidade, o impacto avassalador das comunicações de massa (mass-media). Este último factor "massifica" as aspirações. Os estudos dos efeitos dos "estímulos exteriores" trazidos pelos "mass media" mostram a facilidade de adopção dos objectos materiais novos, pois não afectam grandemente a "identidade pessoal" de quem os recebe. Na verdade, o núcleo das novas aspirações, comuns a todos os estratos, passa a situar-se na vontade de participar do mundo moderno, participando do mercado de bens de consumo.

Se a "cultura" se universaliza, o mesmo não se dá, ou pelo menos não no mesmo ritmo, com relação à estrutura social. A aspiração de participar no mercado de bens de consumo encontra obstáculos no quadro institucional. Se as metas culturais dão ênfase à melhoria do nível de vida — ou seja, à participação no mercado de bens de consumo — a estrutura social, que regula o modo de obter a participação no consumo, continua rígida e pouco instrumental.

É verdade que a resposta última ao dinamismo das aspirações — que se dão no que se pode chamar o "sector de consumo" da sociedade — deverá vir do "sector de produção": aí está o que, no modelo de HEINTZ, se caracterizou como "nível económico-tecnológico" desajustado com as aspirações. Ajustar-se, porém, não implica simples incremento físico da produção. A estrutura social apresenta os caminhos indispensáveis para que tal incremento possa encaminhar-se aos focos de tensão. Ou para que, não se encaminhando (o que acontece quando se "reinveste" o "excedente"), a tensão nem por isso atinja níveis intoleráveis. Nem se esqueça que a própria dinamização do sector de produção depende da estrutura social. Aqui o leitor se lembrará dos abundantes estudos dos obstáculos sociais ao desenvolvimento: a rigidez da estrutura de trabalho agrícola, do sistema de propriedade; a operação dos mecanismos tradicionais de recrutamento para a actividade económica impedindo o aparecimento de empresários inovadores, etc.

O factor "estrutura social" vem a ser, pois, em seus diversos graus de rigidez ou abertura, a meditação mais importante entre o "sector de consumo", dinamizado pela abertura da sociedade do

marco internacional, e o “sector de produção”. Depende dele se as tensões se agravam entre produção e consumo, ou se se mantêm suportáveis.

Naturalmente, quanto mais descermos na sociedade subdesenvolvida a escala de renda, tanto mais aguda se mostrará a tensão entre aspirações de consumo e resposta do sector produtivo. Não é difícil identificar aí o fenómeno que se inscreve na “teoria da anomia”, elaborada por DURKHEIM e desenvolvida por Robert King MERTON. Tal teoria caracteriza os comportamentos resultantes da tensão entre as metas e aspirações culturais e os meios institucionais que permitem alcançá-las⁵.

Nas sociedades subdesenvolvidas, os estratos inferiores, a partir da dinâmica apresentada, se acham de todo expostos às tensões anómicas. As massas migrantes do campo para a cidade são o grupo típico para o surgimento delas.

A experiência das nações subdesenvolvidas mostra que a economia raramente pode caminhar tão célere quanto o fluxo das migrações, de molde a lograr-se a absorção ocupacional dos migrantes. Sociologicamente, a situação é das mais complexas. O migrante não encontra, nas cidades, forma de integração na actividade económica. Falta-lhe um dos “status” mais básicos, o ocupacional; o que o “status” ocupacional significa, socialmente, é a possibilidade de participação no mercado de bens de consumo, ou seja, uma forma de integração na estrutura social, através de um nível de vida, ou, mais precisamente, um género de vida (“género” expressando melhor a tradução da renda em padrões sociais de consumo). Tal integração não é a qualquer estrutura social, mas ao “mundo moderno” que surge com a industrialização. Ela é estimulada pela incessante presença dos “mass media” e dos efeitos apontados quando falamos da abertura do sistema internacional. Faltam também, ao migrante, outras formas de integração à sociedade moderna, havendo-se perdido, com a própria migração, as raízes na sociedade tradicional, deixada quando se abandonou o vilarejo, a fazenda de origem. De modo geral, faltarão os “status familiares”, os grupos de colaterais, as pessoas de referência para o comportamento moral. Peter HEINTZ fala de “configurações incompletas de status”: com toda justeza estamos aí em presença de forma aguda de “marginalidade social”.

O que os estudos do fenómeno geral de marginalidade social mostram é a situação de disponibilidade em que se encontram as pessoas marginais, a sua abertura muito maior aos estímulos e inovações que impliquem integração e solução do problema pessoal, ou colectivo, de marginalidade. No presente caso, o impacto das

⁵ Vide MERTON, R. K., *Social theory and social structure*, «Anomie and social structure», I.

aspirações de participação no mercado de consumo parece confirmar tal hipótese: as aspirações de consumo seriam muito maiores entre as massas recém-saídas da vida tribal, ou aldeã, do que em quaisquer outros grupos sociais. Dar-se-ia, portanto, mecanismo de causação circular: a marginalidade levando a aspirações de consumo muito altas, impossíveis de satisfazer pela própria situação de marginalidade, esta última tornando-se por isso mesmo agravada.

A falta de meios de integração à sociedade pela ausência de “status” básicos, particularmente o ocupacional, e a presença de metas relativamente altas, configuram o quadro clássico da situação anômica, com as manifestações típicas de apatia, descrença, perda de normas, desconfiança de qualquer liderança, falta de perspectiva de futuro, etc. Evidentemente, um modelo marxista de explicação encontraria dificuldades de identificar tal grupo com a classe revolucionária.

Do ponto de vista dinâmico, característico do modelo apresentado, a situação de subdesenvolvimento não pára aí. A estrutura tradicional da sociedade se rompeu; o desequilíbrio, que antes era tópico e circunstancial, instalou-se no cerne mesmo da sociedade, pelo menos para muitos sectores importantes dela: as massas envolvidas na dinâmica de migrações do campo para a cidade. As elites tradicionais da sociedade não têm meios, pela própria força de causação “externa” do fenómeno, de impedir as rupturas que se vão produzindo. Surgem novas situações apresentando-lhes desafios a que não poderão deixar de responder em termos de tomadas de decisão quase sempre cruciais para sua sobrevivência. A situação das massas anômicas traz, na caracterização sugestiva de HEINTZ, um “potencial” de ameaça ao *status quo*. Todo um campo muito importante de estudos se abre neste particular: o das tomadas de decisão da elite diante dos desafios do potencial político trazido pelas massas migrantes⁶.

O potencial político não se limita, porém — senão em fases muito iniciais —, às massas que migram. De facto, a situação de subdesenvolvimento encontra, no plano estrutural, segunda etapa evolutiva, talvez a que melhor defina a situação actual da maioria das áreas subdesenvolvidas.

A aceleração do desenvolvimento económico seria, dentro da lógica do modelo apresentado, uma das formas de reequilibrar a situação de subdesenvolvimento. Com isso, estar-se-ia ajustando o nível de realidade ao de aspirações. Incrementar-se-ia o sector de produção, dar-se-iam posições na estrutura ocupacional aos migrantes e urbanitas novos, integrando-os, assim, na sociedade moderna e dando-lhes meios de participar no sector de consumo.

⁶ Vide artigos citados na nota 1.

De facto, para desenvolver o sector de produção, a participação no sector de consumo não pode dar-se nos termos em que as incontidas aspirações germinadas em primeira fase a colocam. Apresentam-se muito altas, difusas, inestruturadas no tempo. Implicariam consumo imediato, em curto prazo. A lógica do desenvolvimento económico, e sua efectiva realização histórica, mostram que para crescer o sector de produção, as aspirações devem ser rebaixadas, especificadas, estruturadas para o futuro; supõe-se, em suma, modelo de comportamento a que os sociólogos chamam “padrão de gratificação adiada”, ligando-o, muitos deles, ao tipo de ética introduzido pelo calvinismo na sociedade ocidental.

Mesmo sem consultar a experiência concreta dos países subdesenvolvidos, a visão da situação de subdesenvolvimento na primeira fase de ruptura do *status quo* relativamente equilibrado, confrontando grupos novos e marginais com sectores tradicionais, mostra claramente o difícil da solução de incrementar a produção pela estruturação e rebaixamento do tecto de aspirações de consumo. Todo um processo de liderança, que se desdobra de acordo com as diferentes respostas dos sectores tradicionais aos desafios das novas situações aparece como necessário, e com isso já estamos dizendo que, se essa alternativa é tomada, não o é numa primeira fase, nem de maneira imediata. Algumas “mediações” são necessárias, desde que produzir, restringindo o consumo, se apresenta pouco viável ao menos logo após a ruptura do equilíbrio antigo.

Que ocorre então, como solução alternativa? Peter HEINTZ aventa hipótese que parece bastante comprovada nas sociedades subdesenvolvidas. Não havendo possibilidade de integração “material” à sociedade, pode dar-se integração “simbólica”. As configurações incompletas de “status” são preenchidas no plano simbólico por “status” relativamente mais fáceis de produzir que os ocupacionais, por não exigirem restrição de consumo ou “giro de produção” para capitalizar. São esses, principalmente, os “status” educacionais e políticos.

Há, na verdade, tipo de educação cuja maturação é quase a mesma de investimento económico, e que se ajusta funcionalmente à estrutura de produção: a formação de técnicos e especialistas, o preparo para o correcto desempenho de papéis ocupacionais, a pesquisa científica e tecnológica. Outro tipo é a educação cuja instrumentalidade é mínima para o sector produtivo, cumprindo antes funções integrativas (dá “posição” aos individuos) e simbólicas (fornece símbolos de «posição» na sociedade): o que se entende por “saber desinteressado”, por “cultura geral” se enquadra bem nesta categoria ⁷. Não há dúvida de que é bem mais

⁷ Vide, em ANALES de la Facultad Latino Americana de Ciencias Sociales, vol. 1, n.º 1, o trabalho de EDUARDO MUÑOZ: «La asincronia institucional economia-educación», pp. 13 a 36.

fácil vicejar este, e não o primeiro tipo, na sociedade tradicional e na sociedade subdesenvolvida. Na própria situação colonial, em muitos países, a metrópole não se descuidava de formar “bacharéis” e “homens de cultura”. Na situação de “transição” vivida pelas áreas do terceiro mundo podem, em períodos relativamente curtos, constituir-se grupos de intelectuais que manejam as formas simbólicas de saber prioritariamente a outros grupos. A própria massa pode receber alguma cultura de tipo integrativo, pouco instrumental, através de programas de alfabetização, muitas vezes patrocinados pelas próprias elites dominantes.

Simultaneamente ou não, podem produzir-se “status” políticos fora dos quadros tradicionais da política, agregando as massas anômicas ao redor de uma figura carismática — vinda dos quadros “intelectuais”, ou mesmo da própria elite dominante — em movimento político mais ou menos avassalador: o potencial político, de que fala HEINTZ, se actualiza. Os mecanismos de formação dos movimentos políticos em áreas subdesenvolvidas, pela presença de líderes carismáticos, têm sido estudados com certa frequência nos últimos anos: para não irmos mais longe em citações, lembráremos aqui os trabalhos de GINO GERMANI (vide *Política y Sociedad en una época de transición*, ed. Paidós, Bs. Aires).

A educação e a política podem ser vistas como ordens institucionais, ou seja, sectores da sociedade global capazes de dar às pessoas, ou às colectividades, posições (“status”) estratificadas quanto a poder e prestígio. Do ponto de vista estrutural, portanto, se tais esferas funcionam dando “status” relativamente altos às pessoas e grupos, sem correspondência com ocupações na esfera económica, pode-se falar, usando caracterização de GERMANI e HEINTZ, em “assincronia institucional”.

Se, pois, a educação e a política dão novos “status”, estão de certo modo integrando a sociedade: de modo “fictício”, não sintonizado com as funções de produção da vida material. Continua havendo “marginalidade” na medida mesma da não sintonia de esferas institucionais. Agora, porém, os grupos “marginais” têm algumas posições de onde possam reivindicar do *status quo* o que julgam lhes seja devido a partir da ocupação das mesmas.

Se grande parte das massas permanece na situação de anomia individual, surgem pelo menos alguns sectores que ascendem através dos “status novos” e passam a exigir dos grupos dominantes maior poder e prestígio. Dá-se, em geral, identificação, da parte dos sectores “reivindicantes” com algum símbolo colectivo, tal como a nação, em nome do qual se passa a justificar o ataque ao “status quo” tradicional e colonialista. É interessante ver como tais grupos, diferentemente das massas anômicas, têm aspirações muito mais estruturadas: não se abandona a meta de participação no mercado de bens de consumo, porém se adquire sentido das inevitáveis mediações que a distanciam da situação

presente. De que mediações falamos? Não se trata ainda da “acumulação” de capital, pela restrição do consumo, exigindo reestruturação de aspirações. Isso seria verdade no caso de haverem tais grupos conquistado o poder e estarem empenhados no êxito econômico da revolução politicamente vitoriosa. Se não, estando o grupo ausente dos meios de poder e decisão econômica, a estruturação das aspirações aparece sob a forma de visualização da derrubada da estrutura presente da sociedade, da luta “anti-imperialista”, da necessidade de agremiação política, e não propriamente de padrões de comportamento econômico.

Não se podem deixar de lembrar, neste ponto, as importantes contribuições de cientistas políticos norte-americanos, entre eles salientando-se John KAUTSKY com importante ensaio publicado em 1962, introduzindo a coletânea “Political change in underdeveloped countries”: trata-se de “*An essay in the politics of development*”. As hipóteses aí levantadas estão em linha fundamentalmente concordante com as trazidas nos trabalhos de Peter HEINTZ. Para KAUTSKY, os grupos “motores” da política de modernização das sociedades tradicionais foram os de “intelectuais”, sem embargo da existência de outros grupos igualmente interessados em tal política. A hipótese da possibilidade de revolta autônoma das massas camponesas, ou dos urbanitas novos, ou da reduzida classe média burocrática ou artesanal, não encontra confirmação empírica nos movimentos nacionalistas ou revolucionários modernos. Só os grupos intelectuais perfazem uma série de condições necessárias à liderança desses movimentos, são eles os mais aguilhoados, pela dura marginalidade a que os relegam o atraso econômico, a falta de mobilidade ascendente, o fechamento dos quadros políticos tradicionais, a romperem com o *status quo*. Só uma sociedade nova pode, na antevisão que dela têm, absorver sua alta capacitação na direção da actividade econômica e da vida política. Por outra parte, a liderança do movimento de massas, certamente de maneira carismática, pode, por si mesma, satisfazer as ambições de consideração social (indiferentes ao “status” educacional alto e à participação política) dentro do marco mais amplo da sociedade. O temor que inspire à elite tradicional, o poder que esta lhes atribua, pode ser suficiente para pôr fim ao processo de marginalização social, bastando vir, por acréscimo, o prestígio legitimador.

Para que se tenha ideia de como os progressos mais recentes da sociologia do desenvolvimento se verificam de maneira integrada com os esforços que se dão em outras áreas desta ciência, não deixaremos aqui de assinalar que o problema da “assincronia institucional” encontra contrapartida teórica no campo da sociologia estrutural nos estudos ditos de “cristalização de status”⁸. A

⁸ Sobre este tema, há, modernamente, literatura abundante. O leitor interessado consultará com proveito:

cristalização vem a ser dimensão não-vertical da estratificação, à qual atribuem os teóricos força de variável independente nos processos políticos. Se há estratificação vertical, ao longo das várias dimensões de "status", há também maior ou menor consistência nas diversas posições, ocupadas pelos indivíduos ou grupos, podendo ser todas igualmente altas ou baixas (caso de alta consistência) ou não se mesclarem, na mesma pessoa ou grupo, posições altas com posições baixas (caso de baixa consistência). A consistência ou cristalização baixa, as hipóteses, em parte confirmadas, atribuem comportamentos em geral questionadores da estrutura social, altamente sensíveis às barreiras que esta apresenta à tentativa de "equilíbrio" da configuração "desequilibrada": por exemplo, o negro educado na sociedade norte-americana, rebaixado na posição étnica, tenta equilibrar sua configuração pessoal de posições, seja lutando pela extinção do critério racial, que o rebaixa, seja apagando em si mesmo as "marcas" que o identificam, na dimensão étnica, com a posição inferior, através do que se conhece por "passing" (negros com fenótipo branco mudando de cidade e ingressando na "casta" branca). Os intelectuais nos países subdesenvolvidos seriam caso típico de grupos sociais com baixo equilíbrio nas suas configurações; de acordo com a teoria, lutariam pelo equilíbrio, traduzindo sua alta posição educacional em equivalente poder político e económico. Sentiriam, então, mais actuautes, os empecilhos da sociedade tradicional, com os critérios de adscrição económica e política, sendo levados à "agressão" ("drives towards change, even against the will of other", na caracterização de Johan GALTUNG em "A structural theory of aggression", in *Journal of Peace Research*, n.º 2, 1964) aos grupos socialmente dominantes por esses critérios.

Já assinalámos o problema da ruptura da ordem tradicional levando ao "subdesenvolvimento" da sociedade; a seguir, vimos a passagem da situação de anomia individual à constituição de movimentos colectivos de tipo carismático, simultânea ao aparecimento da "assincronia" entre esferas institucionais da sociedade e ao conseqüente desequilíbrio nas configurações de "status" de grupos socialmente importantes que são levados a "agredir" a estrutura social geralmente através da liderança dos movimentos colectivos. Tudo isso constitui o que podemos chamar a face nova da sociedade.

LENSKI, G., «Status crystallization, a non-vertical dimension of social status», *American Sociological Review*, 1954.

LANDECKER, W., «Class crystallization and class consciousness», *American Sociological Review*, 1963.

GALTUNG, J., «A structural theory of aggression», *Journal of Peace Research*, 1964, 2.

Se tomamos o ponto de vista “interno” à face velha — a estrutura tradicional de poder, prestígio e dominação económica, — a presença de massas anómicas individualmente, ou de forma colectiva⁹ e o “desajuste” dos grupos “educados” (os “evolués” de que fala BALANDIER), constituem o que HEINTZ chama “ameaça externa” ao sistema. Este autor fala de “sistema interno” e “sistema externo”. Como ficou implicado em toda a exposição, a dinâmica das sociedades em transição é dada a partir de certo ponto pelas diferentes soluções encontradas ao conflito de ambos os sistemas. Como os centros de decisão da sociedade são detidos pelo sistema interno, pode-se dizer que a evolução do modelo será determinada pelas diferentes respostas que este dê aos desafios do sistema externo.

Os últimos trabalhos de CELSO FURTADO¹⁰ podem, talvez, caracterizar-se, principalmente, pela preocupação com essa problemática. Como responde a velha estrutura às novas solicitações?

A primeira condição que deve lembrar-se, para analisar a resposta do sistema tradicional à ameaça potencial dos grupos novos e socialmente marginais (não vai aqui nenhuma conotação valorativa, senão puramente técnica) é a da existência ou não de movimento colectivo actuante na sociedade. Naturalmente, a existência do movimento não é variável “autónoma”, mas “induzida” por anteriores respostas da estrutura. Houve, ou não, para usarmos as categorias introduzidas por Peter HEINTZ, transição da anomia puramente individual para a de forma colectiva (movimento social identificado com símbolo tal como “Nação”, etc.)?

Se a “anomia” ainda permanece na forma individual, a reacção do sistema interno é facilitada: o atendimento mais ou menos simbólico das aspirações por meio de um mínimo de melhorias materiais, a atracção das massas desamparadas por líder saído das próprias fileiras da elite podem deter qualquer ameaça potencial à estrutura. Mesmo quando os líderes surgem da própria massa, abundantes experiências históricas mostram que é difícil não serem envolvidos pela elite tradicional.

Já a existência de potencial integrado em movimento de tipo nacionalista, por exemplo, apresenta a essa elite desafio muito maior. As respostas possíveis podem estender-se desde a simples coerção até a assunção, da parte da elite, de função modernizante. A última alternativa não impede a presença dos mecanismos de coerção asseguradores de liderança incontestável da elite.

⁹ Sobre anomia colectiva, vide artigo citado na nota 1.

¹⁰ FURTADO, Celso, *Dialéctica do Desenvolvimento*, Fundo de Cultura, 1964; *A pré-revolução brasileira*, Fundo de Cultura, 1962.

Um dos aspectos mais importantes de que se reveste a dinâmica do subdesenvolvimento, quando se analisa o conflito do sistema interno com o externo, situa-se na competição entre os grupos que vivem a assincronia institucional através de suas configurações inconsistentes de “status” — os quadros de intelectuais nacionalistas ou revolucionários — e os grupos pertencentes à elite na busca de uma conquista das massas para apoio de um ou outro sistema. Toda a sorte da sociedade se joga em tal competição. A capacidade do *status quo* de êxito não residirá tanto no monopólio da liderança das massas como na capacidade de aplicar o maquiavélico “*divide ut regnes*”: criar várias lideranças, jogá-las umas contra as outras, romper a frente monolítica pela qual lutam os “intelectuais” e “políticos”. Se, entretanto, não consegue a elite uma coesão interna, e acabam por prevalecer as facções sem sentido histórico, é muito provável a irrupção de movimento avassalador que abale os fundamentos de seu poder.

Caso o desfecho do conflito seja a vitória do movimento nacionalista, define-se o problema do subdesenvolvimento. Será necessária, como condição de sobrevivência do novo sistema, a mobilização popular na busca de metas estruturadas a longo prazo. Se os novos quadros dirigentes são incapazes, situacional ou pessoalmente, de lograr tal condição, ressurgirá agudamente o quadro de tensões. O fracasso dos planos de desenvolvimento, a rotinização do carisma das novas elites, os novos potenciais políticos que surgem à margem do partido nacionalista dominante — gerados pelos mesmos factores ainda actuantes que antes geraram os actuais donos do poder — são todas situações bastante prováveis de ocorrer na eventualidade de revolução nacionalista triunfante.

Ao cabo desta exposição, que não pretende haver senão aflo-
rado a moderna temática abrangida pela sociologia do desenvol-
vimento, cremos poder sustentar-se a ideia de que esse ramo da
sociologia tem já condições de explicar, usando modelos dinâmicos,
os fenómenos característicos das áreas em transição. Parece claro
que a presente situação dos conhecimentos já permite o trabalho
aprofundado em modelos menos amplos, tomando fenómenos mais
específicos que se verifiquem nas referidas áreas. Assim, por
exemplo, o estudo dos diversos “modelos de decisão” das elites
políticas, dados os problemas da “ameaça externa” à dominação
tradicional. Ou a construção da teoria dos movimentos colectivos
liderados pelos grupos intelectuais, cujas bases, entre outros,
lançou KAUTSKY.

Os campos de problemas já não são definidos, arbitrariamente,
pela solicitação dos analistas económicos. Inscrevem-se, antes,
em visão integrada do processo macrossociológico de passagem da
sociedade tradicional à subdesenvolvida, e dessa, à desenvolvida.

Nessa perspectiva, a incorporação de elementos teóricos que, isolada ou sistematicamente, vêm-se acumulando nas diversas áreas da sociologia — sociologia do consumo; sociologia da difusão de inovações; estudos da estratificação social; teoria dos grupos de referência; teorias da marginalidade social; teoria dos equilíbrios macrossociológicos entre as ordens institucionais, etc. — mostra que a desejada constituição da sociologia como ciência empírico-dedutiva já não é projecto demasiado ambicioso, nem remoto.